



EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E SUSTENTABILIDADE: FORMANDO JOVENS PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL

Nilton Antonio Azevedo Rodrigues

Graduado em Educação Física pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB (1986). Bacharelado em Administração de Empresas pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR (2016). Pós-graduação em Gestão Pública pela FAEMA/RO (2010). Pós-graduação em Gestão Agroindustrial pela UFLA/MG (2005). Pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior pela UNIR/RO (2000). Pós-graduação em Psicopedagogia pela Unir/RO (1999). E-mail: niltonrodrigues1605@gmail.com

RESUMO

A interseção entre educação empreendedora e sustentabilidade preparar jovens para enfrentar os desafios contemporâneo. O objetivo é investigar como as práticas pedagógicas podem alinhar os conceitos de empreendedorismo e sustentabilidade para formar jovens preparados para enfrentar os desafios do futuro. Metodologicamente, trata-se de um estudo bibliográfico, com abordagem qualitativa. Os dados foram coletados a partir de publicações em plataformas como Scielo, Google Acadêmico e bibliotecas virtuais. Os resultados destacam a importância de iniciativas educacionais que integram esses dois pilares como estratégias fundamentais para formar jovens preparados para o mercado de trabalho e responsáveis pela construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Conclui-se que a educação empreendedora associada à sustentabilidade representa um caminho eficaz para transformar o futuro das novas gerações.

Palavras-Chave: Educação Empreendedora. Sustentabilidade. Formação de Jovens.

ABSTRACT

The intersection between entrepreneurial education and sustainability prepares young people to face contemporary challenges. The objective is to investigate how pedagogical practices can align the concepts of entrepreneurship and sustainability to train young people prepared to face the challenges of the future. Methodologically, this is a bibliographic study with a qualitative approach. Data were collected from publications on platforms such as Scielo, Google Scholar and virtual libraries. The results highlight the importance of educational initiatives that integrate these two pillars as fundamental strategies to train young people prepared for the job market and responsible for building a more just and sustainable society. It is concluded that entrepreneurial education associated with sustainability represents an effective way to transform the future of new generations.

Keywords: Entrepreneurial Education. Sustainability. Youth Training.

INTRODUÇÃO

A educação empreendedora e sustentabilidade tem ganhado grande importância no cenário educacional contemporâneo. A formação de jovens para atuar em um mundo marcado por desafios ambientais, sociais e econômicos requer uma abordagem inovadora que combine criatividade, responsabilidade e ética. Nesse contexto, a educação empreendedora surge como uma alternativa para desenvolver competências que vão além do ensino tradicional, promovendo uma aprendizagem significativa e conectada com a realidade.

A relevância do tema está na necessidade de preparar as futuras gerações para lidar com problemas globais, incentivando soluções inovadoras que respeitem os princípios da sustentabilidade. Incluindo formação de cidadãos que sejam protagonistas em suas comunidades, capazes de criar iniciativas que impactem positivamente o meio ambiente e a sociedade.

1

Cabe a Escola proporcionar aos alunos e comunidade local um ambiente escolar saudável e coerente com aquilo que ela pretende alcançar com relação ao contexto ambiental em que está inserida. Assim, o estudo tem como objetivo é investigar como as práticas pedagógicas podem alinhar os conceitos de empreendedorismo e sustentabilidade para formar jovens preparados para enfrentar os desafios do futuro.

Para tal, procedeu-se uma revisão bibliográfica para construção do referencial teórico que norteia a relação do binômio teórico que permeia a relevância do tema proposto, tendo como referência de procedimento metodológico, a abordagem qualitativa. O estudo apresenta limitação no caráter exclusivamente teórico, mas



espera-se que este estudo contribua para uma melhor compreensão dos desafios contemporâneos enfrentados pelos educadores, incentivando a adoção de práticas que valorizem a formação de jovens como agentes de transformação social e ambiental.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação tem um papel central no desenvolvimento de habilidades que ultrapassam os limites do currículo tradicional, preparando os estudantes para enfrentar os desafios de uma sociedade em constante transformação. Nesse contexto, duas abordagens despontam como fundamentais: a educação empreendedora e a sustentabilidade na educação. Ambas não apenas ampliam a compreensão do estudante sobre o mundo, mas também promovem competências essenciais para a formação de cidadãos críticos, criativos e comprometidos com o futuro.

1.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NAS ESCOLAS

A importância da educação empreendedora nas escolas é multifacetada e abrange o desenvolvimento de habilidades que vão muito além da simples criação de um negócio. Segundo a perspectiva do Portal SEBRAE, online (2003): Educação Empreendedora é aquela que ajuda o estudante a enxergar e avaliar determinada situação, assumindo uma posição proativa frente a ela, capacitando-o a elaborar e planejar formas e estratégias de interagir com aquilo que passou a perceber. Assim, prepara os jovens para os desafios do século XXI, capacitando-os a serem cidadãos mais proativos, criativos, inovadores e preparados para o mercado de trabalho, independentemente da carreira que escolherem seguir.

A Educação Empreendedora ou Pedagogia Empreendedora, de acordo com Dolabela (2004) afirma que:

Possui foco na comunidade, e não no indivíduo. Porém, trabalha-se o indivíduo porque, dentro da Pedagogia Empreendedora, o empreendedor é um indivíduo que gera utilidade para os outros, que gera valor positivo para sua comunidade. Assim, procura-se desenvolver as comunidades através das pessoas (Dolabela, 2004, p.2).

Do ponto de vista pedagógico, almeja, por meio da disseminação e do desenvolvimento da cultura de empreendedorismo, a formação de uma juventude mais bem preparada para os desafios e as transformações destacadas. Devem ser, antes de tudo, plenos de consciência de suas responsabilidades perante o desenvolvimento de sua sociedade e, numa esfera político-econômica, dos rumos do país.

A Educação Empreendedora tem como foco promover espaços que favoreçam o protagonismo juvenil para potencializar o desenvolvimento dos comportamentos empreendedores, para os objetivos individuais e coletivos, de forma a exercer sua cidadania de forma crítica, buscando seu desenvolvimento pessoal e social. Para os estudiosos da educação, os desenvolvimentos de competências atitudinais são essenciais para os profissionais do futuro (Oliveira *et al.*, 2017). A descoberta de suas potencialidades pessoais, de suas motivações e sonhos podem ajudá-los a conceberem seus projetos pedagógicos, baseados em novos paradigmas educacionais, considerando todas as peculiaridades e incertezas da sociedade moderna.

Neste contexto, incomodado com o problema de exclusão social, de falta de geração de qualidade de vida para os jovens, sobretudo, de baixa renda, professor Dolabela viu no ensino do empreendedorismo como uma possibilidade de mudança social, possibilidade de incluir os jovens no processo de protagonista através do desenvolvimento sustentado local. Por isso, Dolabela (2004, p. 128) afirma que “então, entre 1999 e 2002, com um grupo de educadores e com o apoio da ONG Visão Mundial, desenvolvi um projeto que era um sonho antigo meu: uma metodologia de ensino do empreendedorismo para a educação básica. Batizei essa metodologia de *Pedagogia Empreendedora*”.

Segundo Morin (2006):

A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral. Este uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade mais expandida e a mais viva durante a infância e adolescência, que com frequência a instrução extingue e que, ao contrário se trata de estimular ou, caso esteja adormecida de despertar (Morin, 2006, p. 39).

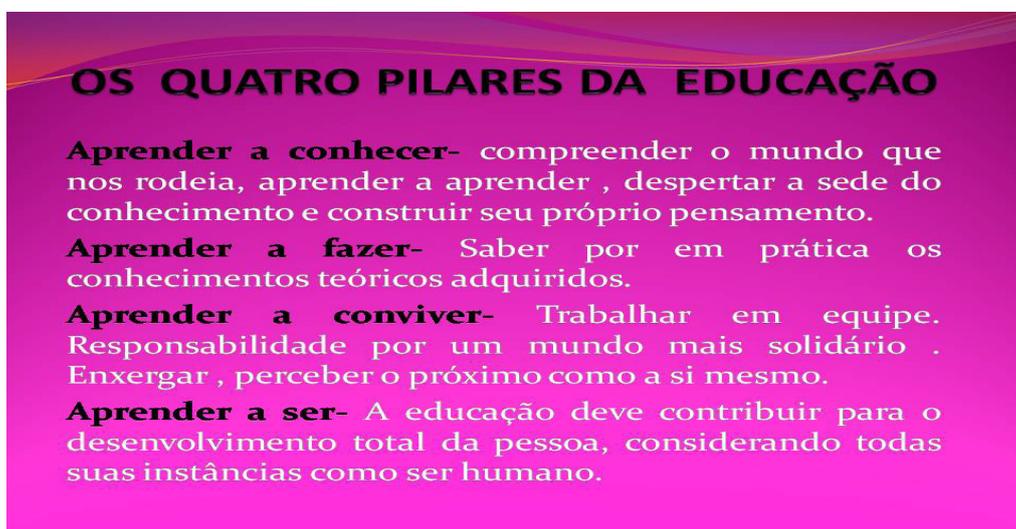
Neste contexto, pretende fazer uma reflexão sobre empreendedorismo como atitude, ou seja,

é o empreendedorismo que antecede uma realização, seja de negócios ou um objetivo na vida. É preciso ampliar e desmistificar o termo “empreendedorismo”. Precisamos entender que uma pessoa empreendedora é aquela que desenvolve competências para perceber oportunidades com mais facilidade e estas oportunidades podem estar relacionadas a criar negócios ou transformar valores de uma sociedade. **É interessante frisar o que diz Dolabela (2010, p. 44) sobre os empreendedores:** “pode-se dizer que os empreendedores se dividem igualmente em dois times: aqueles para os quais o sucesso é definido pela sociedade e aqueles que têm uma noção interna de sucesso”.

Essa visão ampla do empreendedorismo abre as portas para se falar em “Educação Empreendedora” para crianças e adultos deixando de vincular o espírito empreendedor exclusivamente às atividades de criação de empresas. A Empreendedora envolve a construção de novos padrões de comportamento a partir de descobertas interessantes sobre as potencialidades pessoais, no contexto cultural, motivacional e sonhos.

A proposta de uma Educação Empreendedora, estabelece uma correspondência entre os quatro pilares da educação para o século XXI da UNESCO (Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Ser e Aprender a Conviver). De acordo com Delors *et al.*, (1998) uma Educação Empreendedora estimula o uso de metodologias que contemplam de forma prática os quatro pilares fundamentais da Educação: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver e finalmente Aprender a Ser. Além disso, esses pilares não só preparam os indivíduos tecnicamente, mas também os moldam como cidadãos atuantes e responsáveis, prontos para enfrentar os desafios do futuro, como mostra a figura 1.

Figura 1 – Quatro Pilares da Educação



Fonte: Elaborado pelo autor,2024.

Além disso, esses pilares não só preparam os indivíduos tecnicamente, mas também os moldam como cidadãos atuantes e responsáveis, prontos para enfrentar os desafios do futuro. O pilar aprender a conhecer, primeiramente, foca no desenvolvimento das capacidades cognitivas. Ele incentiva, em suma, o raciocínio lógico e a autonomia. Assim, prepara o indivíduo para enfrentar os desafios modernos com pensamento crítico e raciocínio lógico, essenciais no mundo atual. Além disso, esse aprendizado contínuo permite que as pessoas se adaptem às rápidas mudanças da sociedade (Delors,1998).

3

Por outro lado, aprender a fazer refere-se à aplicação prática do conhecimento. Além de adquirir habilidades técnicas, é preciso saber usá-las de forma criativa. Dessa maneira, o indivíduo se torna mais preparado para o mercado de trabalho e para a vida cotidiana. Além disso, o pilar reforça a importância de inovar e aplicar o conhecimento adquirido em situações concretas e reais (Delors,1998).

Ademais, aprender a conviver é essencial em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado. Esse pilar envolve, sobretudo, o respeito às diferenças e a colaboração construtiva. Portanto, a educação deve promover empatia e respeito, que são, sem dúvida, fundamentais para uma sociedade mais justa. Desse modo, a convivência harmônica torna-se um dos maiores desafios e objetivos da educação moderna (Delors, 1998).

Finalmente, aprender a ser foca no desenvolvimento integral do ser humano. Vai muito além da forma-

ção técnica e, assim, promove o pensamento crítico e a autonomia. Dessa forma, educa-se seres humanos completos, conscientes de seu papel no mundo e na sociedade. Além disso, esse pilar contribui para o desenvolvimento de personalidades mais maduras e preparadas para enfrentar os desafios da vida (Delors, 1998).

Os quatro pilares, em conjunto, formam a base para cidadãos mais preparados para os desafios do século 21. A educação, por conseguinte, não é apenas a transmissão de conhecimento técnico, mas também a formação de indivíduos críticos, autônomos e socialmente responsáveis. Além disso, essa abordagem educativa tem o poder de transformar não só a vida dos estudantes, mas também a sociedade como um todo.

Portanto, os pilares do conhecimento são fundamentais para garantir uma educação de qualidade. Eles nos ajudam, acima de tudo, a construir uma sociedade mais justa e solidária. Desse modo, a educação torna-se uma ferramenta poderosa para transformar o mundo e, conseqüentemente, para promover o desenvolvimento pessoal e social.

1.2 SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO

A sustentabilidade, enquanto princípio norteador, visa integrar conhecimentos que incentivem a preservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico equilibrado. No contexto educacional, isso se traduz na promoção de práticas pedagógicas que vão além da sala de aula, incentivando os alunos a adotarem atitudes sustentáveis em sua vida cotidiana.

De acordo com o Relatório Brundtland¹ Sustentabilidade é entendida como atendimento as necessidades humanas sem o esgotamento das fontes de satisfação dessas necessidades de forma que as gerações que estão por vir possam dispor dos mesmos recursos de que nos servimos. Em outras palavras, trata-se de não somente esgotar os recursos do mundo, mas também cuidar para que as próximas e futuras gerações herdem a Terra como um habitat hospitaleiro e não insalubre.

O termo original foi desenvolvimento sustentável, adaptado pela Agenda 21 do Programa das Nações Unidas. Agenda 21 é um plano de ação aprovado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com intuito de melhorar a qualidade de vida para humanidade e que seja econômica social e ambientalmente sustentável onde estão envolvidos 179 países (entre eles o Brasil) que assinaram e assumiram o compromisso de construir um novo modelo de desenvolvimento. Na Agenda 21 da UNESCO (2003), destaca-se:

Definitivamente para caminharmos no sentido do desenvolvimento sustentável será necessário que a educação não apenas dure por toda a vida, mas que, além disso, seja ampla como a própria vida, uma educação a serviço de toda a população, que aproveite todas as áreas do conhecimento e trate de inserir o saber em todas as principais atividades da vida”. (Unesco, 1999. p. 46.)

Neste sentido, para que se planejem políticas ambientais para um desenvolvimento sustentável, é necessária a compreensão das inter-relações que se estabelecem entre processos históricos, econômicos, ecológicos e culturais no desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Assim a sustentabilidade na educação significa incorporar princípios e práticas que incentivem o cuidado com o meio ambiente, o respeito à diversidade e a promoção de uma economia justa e inclusiva.

O conceito sustentabilidade está relacionado a todas as ações humanas negativas que impactam o meio ambiente, como o desmatamento, a poluição de rios e oceanos, o descarte inadequado de resíduos e a emissão excessiva de gases de efeito estufa. Essas práticas têm conseqüências severas, como a perda da biodiversidade, mudanças climáticas e escassez de recursos naturais.

A sustentabilidade surge como uma resposta a essas questões, promovendo uma nova visão e entendimento sobre a relação entre o ser humano e o meio ambiente, baseada no equilíbrio entre as necessidades presentes e futuras. Diante disso o conceito de sustentabilidade está intrinsecamente inserido no conceito de desenvolvimento sustentável (Bazilio, 2013, p.12).

A sustentabilidade é fundamentada em documentos importantes, como a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, ONU, que estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS. Entre

¹ Relatório Brundtland é o documento intitulado Nosso Futuro Comum (Our Common Future), publicado em 1987. No início da década de 1980, a ONU retomou o debate das questões ambientais. Indicada pela entidade, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. O documento final desses estudos chamou-se Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland. Disponível em: <https://123ecos.com.br/docs/relatorio-brundtland/>. Acesso em: 25 dez. 24.

esses, destaca-se o ODS 4, que contempla metas específicas para a educação, e outras metas voltadas para ações climáticas e ambientais. Criada em 2015, com a participação dos Estados-Membros da ONU, a Agenda 2030 tem como objetivo principal combater problemas globais, incluindo a erradicação da pobreza em suas diversas dimensões, por meio da promoção do uso consciente dos recursos naturais, visando evitar sua escassez a médio e longo prazo (Onu Brasil, 2022).

A preocupação com o meio ambiente e a necessidade de promover a conscientização e a ação em prol da sustentabilidade, têm se tornado cada vez mais urgente. Nesse contexto, a Educação Ambiental tem sido uma importante ferramenta interdisciplinar para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a preservação e conservação do planeta. Nesse contexto, a inclusão dessa temática na Base Nacional Comum Curricular, BNCC, representa um avanço significativo no campo educacional, uma vez que possibilita a abordagem sistemática e transversal em todas as etapas e modalidades da educação básica no Brasil (Brasil, 2017).

Nesse viés, a Educação Ambiental, como campo de conhecimento e prática educativa, busca promover a compreensão das relações entre sociedade e natureza, bem como o desenvolvimento de atitudes, valores e habilidades voltadas para a conservação do meio ambiente. Ao se inserir essa temática na BNCC, se estabelece normas e objetivos bem definidos para que as escolas trabalhem de forma integrada, ao abranger questões ambientais de forma interdisciplinar para o processo de ensino e aprendizagem discente

No contexto educacional, a abordagens pedagógicas para a sustentabilidade, como a educação ambiental, que ensinar sobre a preservação da biodiversidade, economia circular e consumo consciente. De acordo com a Unesco (2017), a Educação Ambiental é uma abordagem pedagógica que visa desenvolver a consciência ecológica e a responsabilidade socioambiental dos indivíduos. Ela tem se tornado cada vez mais relevante diante dos desafios ambientais enfrentados pelo nosso planeta.

Ainda de acordo com Carvalho (2019), a Educação Ambiental é fundamental para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a preservação e sustentabilidade do planeta. Além disso, Santos (2020) destaca a necessidade de uma abordagem interdisciplinar na Educação Ambiental, a fim de englobar diversas áreas do conhecimento e promover uma compreensão mais ampla e integrada dos desafios ambientais.

A interdisciplinaridade nas escolas promove a interação em diferentes disciplinas para abordar problemas reais, como mudanças climáticas e uso sustentável dos recursos naturais. Por exemplo, projetos interdisciplinares podem incluir a criação de hortas escolares, onde aulas de Ciências abordam a biologia das plantas, Matemática ensina medições e cálculos de área, e Geografia explora a importância dos solos e climas locais. Outra atividade é a análise do impacto ambiental de resíduos sólidos, que pode envolver aulas de Química para estudar a decomposição de materiais, Língua Portuguesa para produzir relatórios e campanhas de conscientização, e Arte para desenvolver materiais visuais educativos. Aplicar a interdisciplinaridade é empregar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, para que se adquira uma perspectiva global e equilibrada (Conferência Intergovernamental Sobre Educação Ambiental, 1977).

Entretanto, a implementação desse conteúdo nas escolas promove um maior interesse por parte dos alunos. A adoção de programas voltados para a melhoria do meio ambiente tem se mostrado fundamental nesse processo.

A Política Nacional de Educação Ambiental aprovada pelo Decreto nº 4.281/2002, estabelece a Educação Ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo 234 educativo formal e não formal (art. 2º, da Lei 9.795/99).

5 Alguns eventos internacionais foram organizados com o objetivo de discutir novas opções de desenvolvimento econômico para as nações e resultaram, na década de 70, na criação de acordos internacionais. Na Conferência de Estocolmo (1972), os países desenvolvidos defenderam a ideia de preservação dos ambientes naturais. Seus líderes aprovaram a ideia do conservacionismo, na qual os países manteriam as áreas naturais em bom estado de conservação e poderiam usufruir dos seus potenciais, possibilitando o desenvolvimento.

A PNEA, em seu Art. 11, estabelece que os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999). Esse dispositivo destaca a importância da formação continuada para que os educadores estejam preparados para incorporar EA em suas práticas

pedagógicas de maneira efetiva.

No entanto, uma pesquisa realizada com professores de Ciências e Biologia em escolas públicas do município de Areia - PB revelou que 66% dos docentes não receberam nenhum tipo de formação em EA, enquanto apenas 34% participaram de um curso oferecido pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, relacionado à temática de Gestão Ambiental, GA (Geglio; Araújo, 2016). Esses dados evidenciam a lacuna existente entre as diretrizes legais e a realidade prática das escolas, reforçando a urgência de políticas públicas e iniciativas institucionais que garantam capacitações específicas e contínuas para os professores em todo o território nacional.

Entretanto, os desafios relacionados à EA encontram-se, principalmente, na falta de formação docente, uma vez que muitos professores não possuem preparo suficiente para integrar a sustentabilidade em suas práticas pedagógicas. Um estudo realizado pelo Ministério da Educação, MEC (2018) apontou que apenas 27% dos professores da educação básica relataram ter recebido formação específica em EA nos últimos cinco anos.

Além disso, em diversas regiões do país, especialmente em áreas rurais, a ausência de materiais didáticos adequados e a infraestrutura precária dificultam ainda mais a implementação de práticas pedagógicas voltadas à sustentabilidade. Como exemplo, escolas em municípios do semiárido nordestino frequentemente enfrentam dificuldades para trabalhar temas como preservação ambiental e uso racional da água devido à escassez de recursos básicos, como laboratórios ou acesso a tecnologias apropriadas. Esses fatores evidenciam a necessidade de investimentos em capacitação docente, infraestrutura e projetos escolares voltados para a Educação Ambiental.

No Brasil, a desigualdade regional influencia diretamente as condições educacionais, especialmente em áreas rurais, onde a carência de infraestrutura básica e de recursos pedagógicos compromete o desenvolvimento de práticas educativas de qualidade, incluindo aquelas voltadas para a Educação Ambiental (Jacobi, 2003, p. 195).

Dessa forma, Jacobi (2003) discute amplamente os desafios da educação ambiental no Brasil, enfatizando a necessidade de superar as desigualdades regionais e investir na melhoria da infraestrutura escolar como condições essenciais para promover uma formação ambiental mais efetiva. Ele destaca que, em muitas regiões do país, especialmente nas áreas rurais e em comunidades mais vulneráveis, as escolas enfrentam limitações que vão desde a falta de materiais didáticos adequados até a ausência de espaços apropriados para o desenvolvimento de atividades pedagógicas voltadas à sustentabilidade.

Nesse sentido, superar essas barreiras exige não apenas recursos financeiros, mas também um compromisso político e social com a valorização da educação ambiental como um pilar para o desenvolvimento sustentável. É imprescindível que as políticas públicas priorizem iniciativas que capacitem os professores e ofereçam suporte estrutural às escolas, permitindo que temas cruciais como preservação ambiental, uso racional dos recursos e consciência ecológica sejam incorporados de maneira prática e significativa ao cotidiano escolar. Somente por meio de esforços integrados será possível preparar as novas gerações para os desafios ambientais e sociais do futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação empreendedora, quando associada aos princípios da sustentabilidade, representa um caminho inovador e necessário para enfrentar os desafios do século XXI. Ao integrar essas duas abordagens, é possível formar jovens capazes de criar soluções que respeitem os limites do planeta e promovam o bem-estar social. Além disso, políticas públicas que promovam o acesso a recursos adequados e a conscientização ambiental podem potencializar os resultados, tornando as escolas espaços verdadeiramente transformadores. Assim, reforça-se a necessidade de um compromisso coletivo entre gestores, educadores e sociedade para consolidar essas práticas como pilares da educação brasileira.

6

Entretanto, os desafios apresentados ao longo do estudo demonstram que a educação empreendedora e a sustentabilidade são mais do que tendências educacionais; são exigências de um mundo em constante mudança. Diante disso, é indispensável repensar o papel da escola como agente transformador, capaz de formar cidadãos críticos, criativos e socialmente responsáveis.

Assim, a educação empreendedora e a sustentabilidade na educação devem ser incorporadas de maneira prática e interdisciplinar ao currículo escolar. Para isso, sugere-se que projetos pedagógicos sejam alinhados às realidades locais, promovendo o protagonismo dos estudantes e incentivando o uso de metodologias ativas.



Esses passos permitirão que as escolas, mesmo em contextos desafiadores, contribuam para a formação de indivíduos capacitados para atuar de forma responsável e inovadora em suas comunidades.

Por fim, ressalta a importância de uma abordagem educativa que conecte empreendedorismo e sustentabilidade, ampliando as possibilidades de aprendizado significativo. Sugere-se, para futuras pesquisas, a análise de casos de sucesso em escolas brasileiras que já implementaram tais práticas, bem como o desenvolvimento de ferramentas que facilitem a aplicação desses conceitos no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

BAZILIO, Bruno Henrique da Silva. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: conceitos, desafios e possibilidades**. São Paulo: Editora Ambiental, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Ambiental no Brasil: pesquisa nacional sobre formação docente**. Brasília: MEC, 2018.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular: contextualização e proposições**. Revista E-Curriculum, v. 17, n. 1, p. 34-53, 2019.

CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Declaração de Tbilisi**. Tbilisi: UNESCO, 1977.

DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 1998.

DOLABELA, F. C. **Oficina do empreendedor**. 6. ed. São Paulo: Cultura Editores, 1999.

DOLABELA, F. C. Pedagogia Empreendedora. *Revista de Negócios*, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 127-130, abril/junho 2004.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como planejar e implementar sua própria empresa**. São Paulo: Sextante, 2010.

GEGLIO, Paulo César; ARAÚJO, Emanuela Suassuna de. A concepção de professores de Ciências e de Biologia sobre Educação Ambiental. *Revista Educação Ambiental em Ação*, n. 58, 2016.

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 118, p. 189-205, 2003.

7

MORIN, E. **Os Setes Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: o Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2006.

OLIVEIRA, M. C. S. A. C. DE., CARVALHO, A. F. DE., JUNQUEIRA, J. R. A., & FURLANETTO, P. G. Estratégias ativas de aprendizagem e o desenvolvimento de competências técnicas e atitudinais. *Revista Ensaios Pioneiros*, 1(1), 139–152. 2017.

ONU Brasil. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Organização das Nações Unidas no Brasil,



ONU. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano.** Declaração da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano. Estocolmo: ONU, 1972.

SANTOS, J. S. **Educação Ambiental e a formação integral dos sujeitos:** contribuições para a Base Nacional Comum Curricular. *Educação & Sociedade*, v. 41, n. 150, p. 1-20, 2020.

SEBRAE, online. **Educação empreendedora: novas tendências.** Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/educacao-empreededora-novas-tendencias,4b0bdb9d683a6810VgnVCM-1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 25 dez. 24.

UNESCO. **Educação Ambiental:** desafios e perspectivas no século XXI. Brasília: UNESCO, 2017.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável:** Uma visão transdisciplinar das ações compartilhadas. Brasília. IBAMA. 1999.